



SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 1

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

TARDE

ANALISTA LEGISLATIVO

ADMINISTRAÇÃO

NÍVEL SUPERIOR – TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas e um caderno de textos destinado às respostas definitivas das questões discursivas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas destinadas aos textos definitivos das questões discursivas.
- 3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas destinadas aos textos definitivos das questões discursivas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das folhas destinadas aos textos definitivos das questões discursivas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta e das folhas de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas destinadas aos textos definitivos das questões discursivas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir.

“Certos alpinistas possuem um sentido de tato extraordinário. Eles quase acariciam a montanha. Seus dedos tocam as rochas, apalpam docemente as suas partes lisas. Dir-se-ia que eles têm medo de queimar as mãos. Quando tocam uma ‘tomada’, um ponto de apoio, eles esfregam um pouco o rochedo, o arranham para retirar a terra e encontrar uma parte mais dura, mais rugosa. Então, é o instante de uma última carícia para verificar que a ‘tomada’ é boa e os dedos apertam o apoio. O alpinista pode subir um pouco mais...”

Sobre esse segmento textual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um texto argumentativo cuja tese é a de que os bons alpinistas conhecem profundamente as montanhas.
- (B) Exemplifica um texto injuntivo, pois, por meio de sua leitura, motiva os leitores para experiências semelhantes.
- (C) Mostra um texto narrativo cujas ações são apresentadas em ordem sucessiva, cronológica.
- (D) Trata-se de um texto dissertativo expositivo cujo tema é o valor do tato para os alpinistas, comunicando conhecimentos.
- (E) Classifica-se como um texto descritivo, pois sua preocupação básica é indicar detalhes das ações dos alpinistas.

2

Analise o trecho a seguir de um recurso apresentado ao Departamento de Trânsito de um estado brasileiro.

“Beatriz Ribeiro, id. 01664257-8, com domicílio no Rio de Janeiro, na Rua Barata Ribeiro 146, apto. 805, Copacabana

EXPÕE

Que na sexta-feira passada deixou seu carro estacionado, durante cinco minutos, no ponto de táxis que se acha diante do Hotel Miramar, no bairro de Copacabana (como consta na multa nº 23.526 que o policial B-276 deixou presa em seu para-brisas), que teve que deixar seu carro estacionado nesse lugar para poder pegar seu pai idoso que estava deixando o hotel, devido ao fato de que o estacionamento do hotel estava em local um pouco afastado e problemático para a caminhada de seu pai.

Que tentou falar com o agente, mas este se negou a retirar a notificação de infração, pelo que

SOLICITA

Que lhe seja anulada a referida multa pelo fato de a infração ser devida a causas de força maior.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2022.”

Sobre a escritura desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto obedece a uma estrutura rígida, inclusive pelo uso exclusivo da norma culta da língua.
- (B) O texto cita o evento ocorrido, seguido dos motivos legais para a anulação da multa cometida.
- (C) Os motivos enumerados pelo autor da infração seguem um ponto de vista exclusivamente subjetivo.
- (D) Os argumentos apresentados pela motorista se apoiam nas leis de proteção a pessoas da terceira idade.
- (E) O texto segue uma estrutura que procura clareza na exposição, em função mesmo do objetivo pretendido.

3

Em todos os segmentos a seguir ocorre um processo de nominalização que permite retomar a frase precedente.

Assinale a opção em que essa retomada foi feita de forma semanticamente adequada.

- (A) O Ministro da Educação escapou por pouco de uma colisão aérea; a ocorrência lhe poderia ter sido fatal.
- (B) Um tenista brasileiro subiu para o sétimo lugar na classificação mundial do tênis; essa involução deve servir de encorajamento para o brasileiro.
- (C) Um automóvel explodiu num dos quarteirões muçulmanos de Beirute; a desgraça fez 30 vítimas.
- (D) A fuselagem do Boeing japonês acidentado já teria apresentado fissuras; o acidente já teria sido denunciado por alguns especialistas.
- (E) A França protegerá pela força suas pesquisas nucleares na Polinésia; a coação foi contestada pelo partido comunista.

4

Um dos livros de Conan Doyle, criador de Sherlock Holmes, mostra um narrador jornalista que acompanha uma missão na Amazônia, sobre a qual ele envia notícias ao jornal para o qual trabalha.

“É necessário que eu volte atrás e que eu retome meu relato lá onde o deixei. Nós reenviamos à sua casa um de nossos índios, que se feriu, e eu lhe confiei uma carta, duvidando, no entanto, que ele chegue um dia a seu destinatário.

Quando eu lhe escrevi a última vez, nós estávamos no ponto de deixar a aldeia indígena perto da qual havíamos deixado o Esmeralda. Minha prestação de contas começará por notícias desagradáveis, pois esta tarde o primeiro conflito pessoal acabou de ocorrer.”

Assinale a opção que indica, para este caso, o comentário adequado sobre o processo narrativo.

- (A) O encarregado da narração relata fatos ocorridos entre os momentos da ação.
- (B) O texto narra fatos que ocorrem simultaneamente ao momento da narração.
- (C) O narrador informa sobre acontecimentos que o envolvem, fazendo do leitor seu confidente.
- (D) O relato se caracteriza por uma preocupação de dar todos os detalhes ligados à ação, por se tratar de uma obra de cunho realista.
- (E) Os fatos e acontecimentos narrados passam a ser do conhecimento dos leitores e, ao mesmo tempo, do destinatário da carta enviada.

Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Observe um trecho do discurso parlamentar do então deputado Carlos Lacerda sobre o projeto de fixar-se o texto da carta-testamento de Getúlio Vargas nas escolas públicas de São Paulo:

“Sr. Presidente:

O texto dessa carta, seja ela apócrifa ou não, é um texto de luta política, é um texto de pronunciamento apaixonado que se atribui a um homem no momento culminante da sua vida, isto é, no momento em que deliberou dar-se morte por suas próprias mãos. É um texto de paixão, é um texto de violência, é um texto que consagra o suicídio como norma para a decisão da vida de um homem. É, portanto, um texto, embora de autenticidade duvidosa, ou ainda que autêntico, diria mesmo, precisamente se autêntico, capaz de merecer o respeito até dos adversários daquele a quem se atribui a autoria, mas nunca para ser afixado e, muito menos, obrigatoriamente, nas escolas públicas de uma cidade de qualquer país. Porque: primeiro, o texto dessa carta faz o elogio do suicídio, o que não é, evidentemente, ensinamento a legar, ou a impor, ainda menos a impor, às crianças que frequentam as escolas públicas de uma cidade; segundo, é um texto de combate, de polêmica política, é um texto de violento revide, num momento de paixões desencadeadas dentro de uma situação histórica determinada. Não é o documento básico de uma nação. [...] É um texto, repito, cuja autenticidade está por ser demonstrada; mas, demonstrada que fosse ou venha a ser, não é, certamente, um texto para figurar nas paredes das escolas públicas. Primeiro, porque faz o elogio, faz a apologia da violência contra o próprio corpo pelo suicídio, solução extrema, solução que respeito, mas que não posso ver recomendada às crianças do meu País. E, ainda, porque o seu contexto, impregnado de paixão, digamos legítima - aceitemos -, de paixão compreensível, de revide mais do que respeitável até, mas de revide em todo o caso, não deve figurar à porta sacrossanta das escolas em que se forma a mentalidade das crianças brasileiras.”

5

O texto mostra um conjunto de segmentos que funcionam como argumentos contrários à afixação nas escolas públicas de São Paulo da carta deixada por Getúlio Vargas no dia em que se suicidou.

Assinale a opção que mostra o segmento que representa um contra-argumento.

- (A) “...o texto dessa carta faz o elogio do suicídio, o que não é, evidentemente, ensinamento a legar...”
- (B) “Não é o documento básico de uma nação.”
- (C) “...porque faz o elogio, faz a apologia da violência contra o próprio corpo pelo suicídio, solução extrema, solução que respeito, mas que não posso ver recomendada às crianças do meu País.”
- (D) “...porque o seu contexto, impregnado de paixão, digamos legítima - aceitemos -, de paixão compreensível, de revide mais do que respeitável até, mas de revide em todo o caso, não deve figurar à porta sacrossanta das escolas ...”
- (E) “...é um texto de pronunciamento apaixonado que se atribui a um homem no momento culminante da sua vida, isto é, no momento em que deliberou dar-se morte por suas próprias mãos.”

6

Abaixo estão cinco períodos do discurso de Carlos Lacerda. Assinale a opção em que o período apresenta um problema de estruturação.

- (A) Sr. Presidente, o texto dessa carta, seja ela apócrifa ou não, é um texto de luta política, é um texto de pronunciamento apaixonado que se atribui a um homem no momento culminante da sua vida, isto é, no momento em que deliberou dar-se morte por suas próprias mãos.
- (B) É um texto de paixão, é um texto de violência, é um texto que consagra o suicídio como norma para a decisão da vida de um homem.
- (C) É, portanto, um texto, embora de autenticidade duvidosa, ou ainda que autêntico, diria mesmo, precisamente se autêntico, capaz de merecer o respeito até dos adversários daquele a quem se atribui a autoria, mas nunca para ser afixado e, muito menos, obrigatoriamente, nas escolas públicas de uma cidade de qualquer país.
- (D) Porque: primeiro, o texto dessa carta faz o elogio do suicídio, o que não é, evidentemente, ensinamento a legar, ou a impor, ainda menos a impor, às crianças que frequentam as escolas públicas de uma cidade; segundo, é um texto de combate, de polêmica política, é um texto de violento revide, num momento de paixões desencadeadas dentro de uma situação histórica determinada.
- (E) É um texto, repito, cuja autenticidade está por ser demonstrada; mas, demonstrada que fosse ou venha a ser, não é, certamente, um texto para figurar nas paredes das escolas públicas.

7

Uma das características marcantes de um texto informativo é a sua objetividade.

Assinale a opção em que a segunda estruturação da frase é mais objetiva que a primeira.

- (A) Foi decidido que essa lei seria emendada. / Nós decidimos emendar essa lei.
- (B) O conserto do carro custou caro. / Consertou-se o carro, o que custou caro.
- (C) O autor do livro concedeu ontem uma entrevista. / Aquele que escreveu o livro concedeu uma entrevista ontem.
- (D) Nossa empresa só considerará os recursos dos candidatos detentores de um diploma universitário. / Só serão considerados os recursos dos candidatos detentores de um diploma universitário.
- (E) Três encomendas foram despachadas ontem. / Nosso serviço de encomendas despachou três ontem.

8

Em todas as opções a seguir o enunciador fornece uma explicação sobre o que enuncia.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o processo indicado para a explicação dada está identificado corretamente.

- (A) "Um método consiste em introduzir um pequeno balão na artéria (ou artéria coronariana, como dizem os médicos)." / a utilização de uma perífrase.
- (B) "Para falar por imagens, eu diria que você tem o hábito de comer o bolo e deixar as migalhas para os outros." / o emprego de uma explicação, seguida de um comentário.
- (C) "A maioria dos legumes, como o chuchu, tem um gosto suave." / o uso de mais precisão por meio de uma exemplificação.
- (D) "Eu te responderia: Punir, não. Penalizar objetivamente, sim. E não estou jogando com as palavras." / utilização de uma definição de caráter individual.
- (E) "O cugar, também conhecido sob o nome de leão da montanha ou de puma, é, em regra geral, um solitário que evita qualquer contato com o homem." / apelo a uma explicação por meio da etimologia da palavra.

9

Se o contato entre o enunciador e seu interlocutor deixa de existir, a comunicação fracassa.

Assinale a opção em que **não** ocorre qualquer processo de estabelecer-se uma tentativa de efetivar ou manter esse contato.

- (A) Senhores deputados, sejam bem-vindos a esse encontro.
- (B) Senhor Presidente, gostaria de pedir a palavra.
- (C) Viva a ignorância!
- (D) Você já imaginou as consequências de seu voto?
- (E) Nunca escreveram um livro tão bom.

10

Assinale a opção que apresenta o texto que se filia ao estilo literário naturalista.

- (A) "Trazia sempre a farda de cáqui e o boné com as iniciais da repartição; um chapéu-de-sol de cabo, que, quando não o trazia aberto, a protegê-lo contra os raios do sol, manejava como a bengala de um vigário de aldeia portuguesa, furando o chão e levantando-o, para pousá-lo de novo, à medida que executava as suas longas passadas."
- (B) "Era homem de pouca altura, trazia a cabeça sempre erguida, testa reta e alta, queixo forte e largo, olhar firme, debaixo do seu pincenê de aros de ouro. Conquanto alguma coisa obeso, era deveras um velho simpático e respeitável; e, apesar da sua imponência de antigo burocrata, dos seus modos um tanto ríspidos e secos, todos o estimavam na proporção em que seu filho era desprezado e odiado."
- (C) "Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão — quase um deserto — quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes..."
- (D) "E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco."
- (E) "Não direi que fosse bonito, na significação mais ampla da palavra; mas tinha as feições corretas, a presença simpática, e reunia à graça natural a apurada elegância com que vestia. A cor do rosto era um tanto pálida, a pele lisa e fina. A fisionomia era plácida e indiferente, mal alumiada por um olhar de ordinário frio, e não poucas vezes morto."

Raciocínio Lógico Matemático

11

Uma sociedade empresária guarda documentos em 4 arquivos, numerados de 1 a 4. Por razões de segurança, a cada ano ela muda todos os documentos de arquivo, mantendo inalterado o número total de documentos em cada arquivo.

A mudança se dá de acordo com a tabela abaixo, em que, na linha *i* e coluna *j* está indicado o total de documentos transferidos do arquivo *i* para o arquivo *j*.

0	90	30	40
60	0	60	40
80	20	0	10
X	100	30	0

O número X de documentos transferidos do arquivo 4 para o 1 é igual a

- (A) 20
(B) 30
(C) 40
(D) 50
(E) 60

12

João propõe a Maria um jogo de apostas. Ele joga dois dados, pagando a ela 5 reais se saírem dois números não consecutivos.

Para que o jogo seja honesto, Maria deve, caso perca a aposta, pagar a João a quantia de

- (A) 12 reais.
(B) 13 reais.
(C) 14 reais.
(D) 15 reais.
(E) 16 reais.

13

Uma peça é colocada inicialmente na casa 1 de um tabuleiro composto de dez casas, numeradas de 1 a 10. A peça avança uma casa se um número par é obtido no lançamento de um dado. Caso o número obtido seja ímpar, a peça avança duas casas. O procedimento é repetido sucessivamente.

A probabilidade de a peça saltar a casa 8, indo direto para a casa 9, é de

- (A) 13/128.
(B) 23/128.
(C) 33/128.
(D) 43/128.
(E) 53/128.

14

Três candidatos disputam uma eleição presidencial. Segundo pesquisas eleitorais, no primeiro turno, os candidatos X, Y e Z têm 42%, 30% e 8% das preferências, respectivamente. Votarão em branco 13% dos eleitores, enquanto 7% votarão nulo. Votos brancos e nulos não são considerados votos válidos.

Há pressões para que Z desista da disputa, em particular porque um candidato que recebe mais da metade dos votos válidos é eleito, sem a necessidade de um segundo turno.

Em caso de desistência de Z, as pesquisas indicam que 50% de seus eleitores migrariam para a candidatura X e 40% optariam por Y, ficando o restante dividido entre votos brancos e nulos.

Nesse cenário de apenas dois candidatos, assinale a opção que, com base nos resultados das pesquisas, melhor aproxima o percentual de votos válidos que seriam dados a X.

- (A) 53%.
- (B) 55%.
- (C) 58%.
- (D) 61%.
- (E) 64%.

15

A **negativa** do dito

“Quem tudo quer tudo perde”

é

- (A) Quem tudo quer nem tudo perde.
- (B) Quem tudo quer nada perde.
- (C) Quem algo quer nem tudo perde.
- (D) Quem algo quer algo perde.
- (E) Quem algo quer nada perde.

16

João dispõe de objetos de madeira na forma de triângulos com um ângulo reto. Há triângulos de dois tipos: os de tipo 1 possuem dois catetos iguais medindo 1cm, os de tipo 2 também possuem dois catetos iguais, mas medindo 3cm.

Para montar um quadrado com 9cm de lado todo preenchido de triângulos, João pode escolher usar

- (A) 70 triângulos de tipo 1 e 10 triângulos de tipo 2.
- (B) 81 triângulos de tipo 1 e 8 triângulos de tipo 2.
- (C) 102 triângulos de tipo 1 e 6 triângulos de tipo 2.
- (D) 88 triângulos de tipo 1 e 8 triângulos de tipo 2.
- (E) 72 triângulos de tipo 1 e 10 triângulos de tipo 2.

17

Maria foi desafiada a calcular quantos números naturais que sejam múltiplos de 3 ou de 7 existem entre 1000 e 2000. Maria refletiu um pouco e respondeu corretamente:

- (A) 47
- (B) 284
- (C) 369
- (D) 428
- (E) 512

Língua Inglesa

Read Text I and answer the five questions that follow it.

Text I

Empowering the workforce of tomorrow:

The role of business in tackling the skills mismatch among youth

The future of work is changing fast. Technology, socio-economic trends, and developments and crises like COVID-19 are changing the world of work and the demand for skills at a pace and depth that poses serious challenges to people, business, and society. Young people and future generations, especially when they are from disadvantaged groups, are disproportionately affected by these disruptions.

A key challenge to shaping a sustainable future of work is addressing the skills mismatch among youth. Despite young people around the world being more educated than ever before, hundreds of millions of individuals are coming of age and finding themselves unemployed and unemployable, lacking the right skills to take up the jobs available today and, even more, the skills that will be needed in the future. Neglecting the skills mismatch among youth can result in young people feeling disenfranchised and disillusioned about their prospects in the labor market, fueling social unrest, stunting economic growth and ultimately creating a more volatile operating environment for business.

In contrast, by equipping youth with relevant skills, businesses can empower young people, support their access to employment opportunities and enable them to thrive personally, professionally and as active members of society. Investing in the skills of young people has an essential role to play in helping to realize the ambitions of the Sustainable Development Goals (SDGs) and the World Business Council for Sustainable Development's (WBCSD) Vision2050, which aims to create a world where over 9 billion people live well and within planetary boundaries by mid-century.

From: <https://www.unicef.org/media/103176/file/Empowering%20the%20workforce%20of%20tomorrow.pdf>

18

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () According to the text, the world of work is hardly being affected by current adversities.
- () Young people who have the opportunity to graduate are more prepared for the jobs of the future.
- () The problem of skills mismatch stretches beyond national borders.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – T.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – F.

19

In the title, “tackling” implies that this is an issue businesses should be

- (A) leaving out.
- (B) passing over.
- (C) dealing with.
- (D) disposing of.
- (E) shrinking from.

20

The phrase “skills mismatch” indicates that there is a(n)

- (A) liability.
- (B) dullness.
- (C) evenness.
- (D) imbalance.
- (E) swindling.

21

The extract “stunting economic growth” (2nd paragraph) implies

- (A) hindering.
- (B) spreading.
- (C) arousing.
- (D) boosting.
- (E) keeping.

22

“Despite” in “Despite young people around the world being more educated” can be replaced without change in meaning by

- (A) since.
- (B) besides.
- (C) altogether.
- (D) throughout.
- (E) notwithstanding.

Read Text II and answer the two questions that follow it.

Text II



<https://dilbert.com/strip/2022-08-28Lawyer Burnout Is Still An Issue in 2021>

23

The gist of this comic strip is the fact that

- (A) Dilbert set too many hurdles quite wittingly.
- (B) Tina believed Dilbert was too clever to be of help.
- (C) Dilbert thought the request was unreasonably odd.
- (D) Dilbert realized Tina would be asking something trivial.
- (E) Tina knew beforehand that the favour she asked was very complex.

24

The main verb in “I might harbor negative feelings” is similar in meaning to

- (A) feign.
- (B) voice.
- (C) rouse.
- (D) hold.
- (E) vent.

Direito Constitucional

25

Ana e Juliana travaram intenso debate a respeito do controle concentrado de constitucionalidade realizado no Brasil, direcionando sua análise a alguns diplomas normativos que usaram como paradigmas de análise.

Ao final de suas reflexões, concluíram que, preenchidos os demais requisitos exigidos pelo sistema:

1. a Lei municipal nº XX/1992 pode ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental;
2. a Lei estadual nº YY/2020 pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade; e
3. a Lei estadual nº WW/1987 pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação às conclusões alcançadas, que

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas as conclusões 1 e 2 estão corretas.
- (C) apenas as conclusões 2 e 3 estão corretas.
- (D) apenas a conclusão 1 está correta.
- (E) apenas a conclusão 2 está correta.

26

Ana, brasileira e moradora do Município *Alfa*, tomou conhecimento de que uma indústria localizada no Município *Beta* vinha despejando grande quantidade de resíduos sólidos no principal rio da região. Embora tivesse vinte e cinco anos de idade, sequer havia tirado o seu título de eleitor, permanecendo alheia a todos os eventos de interesse da coletividade, o que desejava mudar a partir de agora.

À luz desse quadro, Ana consultou um advogado a respeito da existência de alguma ação constitucional, que ela própria pudesse ajuizar, para obstar a continuidade dos despejos realizados no principal rio da região e para que a indústria fosse condenada à reparação dos danos causados.

Foi corretamente informado a Ana que

- (A) por estar com os direitos políticos suspensos, ela não teria legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível.
- (B) uma vez adquiridos os direitos políticos, o que ocorreria com o alistamento eleitoral, ela teria legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível.
- (C) a legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível, na hipótese em tela, consubstancia um direito fundamental, ao alcance de todo brasileiro, mas não dos estrangeiros.
- (D) no âmbito da iniciativa privada, somente as associações sem fins lucrativos têm legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível, não pessoas naturais como Ana.
- (E) a legitimidade para ajuizar a ação constitucional cabível, na hipótese em tela, consubstancia um direito fundamental, ao alcance de todo brasileiro, bem como do estrangeiro residente no território nacional.

27

O Prefeito do Município *Beta* editou o Decreto nº XX dispondo que a Lei Federal nº XX, que estabelecia normas de proteção ao meio ambiente, não deveria ser executada pela Administração Pública municipal. Em sua justificativa, argumentava que as normas eram muito rigorosas, dificultando sobremaneira a ocupação do solo do Município *Beta*, pois boa parte do seu território era formado por florestas.

Ao tomar conhecimento dos fatos, o Partido Político *Alfa* consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de ser decretada intervenção no Município *Beta*, sendo-lhe corretamente respondido que

- (A) é possível que o Estado decrete a intervenção em *Beta*, o que pressupõe o provimento de representação pelo Tribunal de Justiça para prover a execução de lei.
- (B) por se tratar de descumprimento de lei federal, é possível que a União decrete a intervenção em *Beta*, o que depende de provimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) é possível que o Estado decrete a intervenção em *Beta*, o que consubstancia ato espontâneo do Governador do Estado, que não carece de prévio acolhimento de representação pelo Tribunal de Justiça.
- (D) é possível que a União decrete a intervenção em *Beta*, o que consubstancia ato espontâneo do Presidente da República, que não carece de prévio acolhimento de representação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) não é cabível a decretação de intervenção no Município *Beta*, quer pela União, quer pelo Estado, possibilidade só admitida em se tratando de desequilíbrio das finanças ou descumprimento dos direitos fundamentais.

28

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Município *Alfa*, logrou ser eleita vereadora no Município *Beta*, situado em caráter contíguo a *Alfa*.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria

- (A) sempre pode optar pela remuneração mais elevada, ainda que só exerça uma das funções.
- (B) deve ser necessariamente afastada do seu cargo efetivo durante todo o exercício da vereança.
- (C) pode continuar a desempenhar ambas as funções públicas, recebendo as respectivas remunerações, desde que haja compatibilidade de horários.
- (D) deve necessariamente exercer ambas as funções, podendo receber as respectivas remunerações até o limite do teto remuneratório constitucional.
- (E) pode continuar a desempenhar ambas as funções públicas, desde que haja compatibilidade de horários, devendo receber a remuneração mais elevada, acrescida de 50%.

29

João, Antônio e Pedro travaram intenso debate em relação à participação do Poder Legislativo nas nomeações de ocupantes de cargos públicos realizadas pelo Presidente da República. João defendia que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal receberam a incumbência de aprovar as nomeações para certos cargos, conforme rol não exaustivo previsto na Constituição da República, que pode ser ampliado. Antônio, por sua vez, defendia que essa incumbência foi outorgada ao Senado Federal, não sendo possível que a lei ordinária amplie o rol de nomeações a serem previamente aprovadas.

Por fim, Pedro, embora reconhecesse que essa incumbência foi atribuída ao Senado Federal, tendo a ordem constitucional contemplado um rol não exaustivo de nomeações a serem aprovadas, passível de ser ampliado pela lei ordinária, ressaltava que a aprovação somente era necessária em relação a certas autoridades do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é possível afirmar que

- (A) João está certo e Antônio e Pedro estão parcialmente certos.
- (B) Antônio está certo e João e Pedro estão parcialmente certos.
- (C) Pedro está certo e João e Antônio estão parcialmente certos.
- (D) Pedro somente está errado em relação às autoridades cuja nomeação pressupõe aprovação.
- (E) João apenas está errado em relação à menção à existência de um rol não exaustivo das nomeações que exigem aprovação.

30

Como fora noticiado pela imprensa internacional, João, pessoa muito controversa e ex-Primeiro-Ministro do País XX, seria designado para atuar como embaixador junto à República Federativa do Brasil, o que gerou grande desconforto junto às autoridades brasileiras.

À luz da ordem constitucional brasileira, é correto afirmar que a atuação de João, como embaixador do País XX, junto à República Federativa do Brasil

- (A) é ato de soberania do País XX, cuja eficácia não pode ser obstada pelo Estado brasileiro.
- (B) pressupõe a edição do ato formal de recepção, de competência privativa do Presidente da República e suscetível de delegação.
- (C) pressupõe a edição do ato formal de acreditação, de competência privativa do Presidente da República e insuscetível de delegação.
- (D) pressupõe a edição do ato formal de reenvio, de competência privativa do Senado Federal e que não carece de chancela pelo Presidente da República.
- (E) pressupõe a edição do ato formal de aceitação, de competência privativa do Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

31

Maria, estudante de Direito, questionou o seu professor de Direito Constitucional a respeito do papel dos Tribunais de Justiça na elaboração da lei orçamentária anual, considerando o caráter hierarquizado do Poder Judiciário e a autonomia que ostenta perante o Poder Legislativo.

O professor respondeu corretamente que

- (A) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo, que irá apreciá-la em conformidade com os balizamentos oferecidos pelo sistema.
- (B) a autonomia do Poder Judiciário não afasta a sua sujeição às normas editadas pelo Poder Legislativo, inclusive daquelas de natureza orçamentária, embora não participe do respectivo processo legislativo.
- (C) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, o qual irá compatibilizá-la com as demais propostas recebidas, fazendo os ajustes que se fizerem necessários.
- (D) o Poder Judiciário deve se reunir com os demais Poderes e instituições constitucionalmente autônomas, de modo a elaborar uma proposta orçamentária de consenso, que será analisada pelo Poder Legislativo.
- (E) o Poder Judiciário deve encaminhar a sua proposta orçamentária ao Poder Executivo, o qual, caso não sejam observados os limites da lei de diretrizes orçamentárias, procederá aos ajustes necessários.

Direito Administrativo

32

Carla, servidora pública ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, praticou conduta que causou danos materiais a Joana, usuária do serviço público. Joana ajuizou ação indenizatória e, no curso do processo, restou comprovado que a citada usuária do serviço agiu com culpa concorrente para o resultado danoso.

No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil

- (A) subjetiva, de maneira que é necessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla e, apesar de não haver exclusão da responsabilidade do Senado Federal, haverá redução do valor indenizatório em razão da culpa concorrente de Joana.
- (B) subjetiva, de maneira que seria necessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla, mas o pleito indenizatório deve ser julgado improcedente pela ruptura do nexo de causalidade, em razão da culpa concorrente de Joana.
- (C) objetiva, de maneira que é desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla e, apesar de não haver exclusão da responsabilidade da União, haverá redução do valor indenizatório em razão da culpa concorrente de Joana.
- (D) objetiva, de maneira que seria desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla, mas o pleito indenizatório deve ser julgado improcedente pela ruptura do nexo de causalidade, em razão da culpa concorrente de Joana.
- (E) objetiva, de maneira que seria desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de Carla, mas o pleito indenizatório deve ser julgado improcedente pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, em razão da culpa concorrente de Joana.

33

Em tema de controle externo da administração pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio da Procuradoria-Geral da República.
- (B) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (C) Senado Federal, com o auxílio da Controladoria-Geral da União.
- (D) Senado Federal, com o auxílio do Ministério Público Federal.
- (E) Tribunal de Contas da União, com o auxílio da Procuradoria da Fazenda Nacional.

34

Jorge praticou determinada infração de trânsito em rodovia federal, de maneira que, como não havia urgência a recomendar o imediato guincho do veículo, policiais rodoviários federais, observadas as formalidades legais, apenas lavraram o correlato auto de infração. Em seguida, a Administração Pública Federal promoveu o regular processo administrativo para imposição de multa em desfavor do administrado Jorge, inclusive com as necessárias notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração, atendidos o contraditório e a ampla defesa.

Não obstante ter sido regularmente aplicada a citada multa, Jorge não a pagou, razão pela qual o caso foi encaminhado ao órgão responsável por promover sua cobrança, mediante ajuizamento de execução judicial.

No caso em tela, a imposição da multa de trânsito a Jorge decorre do atributo ato administrativo da

- (A) exigibilidade, como meio indireto de coação ao administrado, mas a necessidade de sua execução judicial afasta a presença do atributo da autoexecutoriedade.
- (B) imperatividade, com necessidade de chancela do Poder Judiciário para validade da sanção, mediante a presença do atributo da autoexecutoriedade.
- (C) executoriedade, como meio indireto de coação ao administrado, mas a necessidade de sua execução judicial afasta a presença do atributo da imperatividade.
- (D) tipicidade, que decorre da supremacia do interesse público, sem necessidade de prévia previsão legal, e a necessidade de sua execução judicial decorre do atributo da exigibilidade.
- (E) autoexecutoriedade, como meio indireto de coação ao administrado e necessidade de sua execução judicial decorre do atributo da coercibilidade.

35

Em agosto de 2022, Cássio, servidor público ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, de forma dolosa, facilitou a aquisição de determinados bens por preço superior ao de mercado, causando lesão ao erário.

Consoante dispõe a atual redação da Lei nº 8.429/92, após o devido processo legal no bojo de ação de improbidade administrativa, Cássio está sujeito, entre outras, à sanção de

- (A) perda da função pública, que atinge apenas o cargo de Analista Legislativo do Senado Federal.
- (B) pagamento de multa civil equivalente a até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) suspensão dos direitos políticos até 8 (oito) anos, que somente poderá ser executada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) pagamento de multa civil equivalente ao dobro do valor do dano ao erário, podendo o magistrado aumentá-la até o quádruplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor inicial é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) perda da função pública, que atinge, em regra, o cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, podendo o magistrado, contudo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

36

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ente da administração indireta, foi criado pela União, por lei específica, para exercer atividade típica de Estado de preservação do patrimônio cultural do país.

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, a União

- (A) exerce controle de legalidade sobre o IPHAN, mediante o exercício do poder hierárquico.
- (B) exerce controle finalístico sobre o IPHAN, mediante a supervisão ministerial, que não constitui exercício do poder hierárquico.
- (C) detém controle formal sobre o IPHAN, mediante o exercício do poder de estruturação interna de sua atividade decorrente do poder regulamentar.
- (D) não detém controle de legalidade sobre o IPHAN, mas exerce o poder de estruturação externa de sua atividade em decorrência do poder disciplinar.
- (E) não detém controle material sobre o IPHAN, por sua autonomia administrativa, mas possui o poder de estruturação interna de sua atividade, mediante o exercício do poder hierárquico.

37

Antônio, servidor público ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, cometeu falta disciplinar e, após cumpridas as formalidades legais, lhe foi aplicada a sanção de suspensão por 30 (trinta) dias.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, a penalidade de suspensão

- (A) será convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- (B) poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, se assim desejar Antônio, que tem direito subjetivo à conversão.
- (C) será convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- (D) poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- (E) poderá ser convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, desde que Antônio concorde com a conversão.

38

Em matéria de disposições gerais sobre restrições de acesso à informação, o texto da Lei nº 12.527/2011 estabelece que

- (A) o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais pode ser negado, desde que fundamentado em parecer subscrito por três servidores públicos de carreira.
- (B) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (C) a classificação da informação em determinado grau de sigilo deve observar o interesse público da informação e utilizar o critério mais restritivo possível, considerado o prazo máximo de restrição de acesso de vinte anos.
- (D) a informação em poder dos órgãos e das entidades públicas, observado o seu teor e o grau de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, é classificada como ultrassecreta quando possuir prazo máximo de restrição de acesso à informação de trinta anos.
- (E) o disposto na Lei de Acesso à Informação exclui as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público, diante da necessidade de sua ampla publicidade e transparência.

39

Em junho de 2022, o Senado Federal iniciou processo administrativo tendente a verificar a possibilidade de contratação do serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização na área de auditoria financeira. Após estudos sobre a economicidade da contratação, concluiu-se que o valor estimado do contrato administrativo a ser firmado é de seiscentos mil reais.

Auxiliando na instrução do mencionado processo administrativo, Fernanda, servidora pública ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, constatou que, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) não pode ser feita sem prévia licitação, diante da natureza dos serviços a serem contratados.
- (B) não pode ser feita sem prévia licitação, na modalidade pregão, diante do valor de mercado estimado.
- (C) não pode ser feita sem prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo, diante da natureza do objeto contratual.
- (D) pode ser feita sem prévia licitação, mediante dispensa de licitação, observadas as formalidades legais.
- (E) pode ser feita sem prévia licitação, mediante inexigibilidade de licitação, observadas as formalidades legais.

40

No bojo de determinado processo administrativo que tramita no Senado Federal, Joaquim, parte interessada no processo, apresentou no Supremo Tribunal Federal (STF) reclamação alegando violação de enunciado de súmula vinculante da Suprema Corte.

Consoante dispõe a Lei nº 9.784/1999,

- (A) não será conhecida a reclamação, porque a decisão impugnada ocorreu no âmbito de processo administrativo e não de processo judicial.
- (B) será conhecida a reclamação, apenas se a decisão impugnada tiver formado coisa julgada administrativa e envolver direito coletivo ou individual indisponível.
- (C) não será acolhida a reclamação, porque a legitimidade para propô-la junto ao STF é ostentada apenas pelo Ministério Público, partidos políticos e associações constituídas na forma da lei.
- (D) acolhida pelo STF a reclamação, dar-se-á ciência à autoridade prolatora para imediata adequação das decisões administrativas em casos semelhantes tomadas nos últimos cinco anos, sob pena de responsabilização pessoal na esfera administrativa.
- (E) acolhida pelo STF a reclamação, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

MÓDULO II

Conhecimentos Específicos

41

Leia o fragmento a seguir.

“Ao analisar as contas do presidente Jair Bolsonaro relativas a 2019, o plenário do TCU recomendou que o Poder Executivo orientasse cada ministério para que as despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual fossem empenhadas em cada exercício financeiro apenas pela parte nele executada.”

(Ribamar Oliveira, Jornal Valor Econômico, 04/12/2020).

Considerando os chamados princípios orçamentários, assinale a opção que indica o princípio que melhor embasa a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) mencionada na matéria destacada.

- (A) Todas as receitas e despesas do Estado devem estar previstas no orçamento.
- (B) O orçamento anual será composto pelo orçamento fiscal, pelo orçamento de investimento das empresas estatais e pelo orçamento da seguridade social.
- (C) A previsão orçamentária deve considerar valores brutos, sem qualquer tipo de dedução.
- (D) O orçamento público deve ser previsto e autorizado para o exercício financeiro em questão, segundo a lei orçamentária anual.
- (E) Somente questões financeiras devem ser previstas no orçamento anual.

42

Sobre as etapas da receita orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. A arrecadação da receita orçamentária segue as etapas de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- II. Todas as receitas orçamentárias seguem estas etapas, não sendo possível lançar e recolher receitas não previstas no exercício financeiro.
- III. A arrecadação segue o princípio de caixa, previsto na Lei nº 4320/64, pelo qual as receitas pertencem ao exercício financeiro em que são arrecadadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43

Relacione as etapas do ciclo orçamentário anual listadas a seguir às atividades descritas.

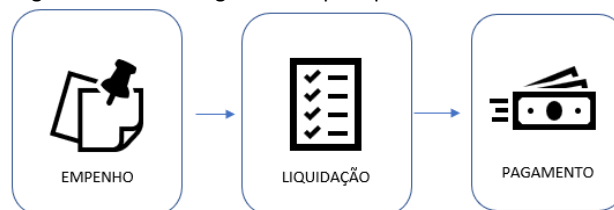
1. Elaboração
 2. Discussão, votação e aprovação
 3. Execução
 4. Controle e Avaliação
- () Há o interno e o externo, sendo o primeiro, no caso do Governo Federal, realizado pela Controladoria-Geral da União e o segundo, pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - () O projeto de lei orçamentária anual é enviado pelo Executivo e, após apreciação do Congresso Nacional, retorna ao Presidente da República para sanção e publicação.
 - () É desenvolvida dentro do exercício financeiro, que corresponde ao ano civil, e registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
 - () Com base em estudos preliminares e na integração das propostas dos demais Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas, consolida o quadro de receitas e despesas necessárias para execução dos programas previstos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 4, 2, 3 e 1.
- (B) 4, 3, 1 e 2.
- (C) 2, 1, 3 e 4.
- (D) 2, 1, 4 e 3.
- (E) 3, 2, 4 e 1.

44

A figura ilustra os estágios da despesa pública.



Sobre esses estágios, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os estágios da despesa pública são independentes e devem ser concluídos de acordo com os compromissos estabelecidos em cada fase.
- () Salvo em casos especiais, previstos em legislação específica, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- () O pagamento é o estágio que constitui obrigação efetiva e determina o valor exato a pagar e o beneficiário do crédito.
- () Somente após a liquidação pode o ordenador de despesa autorizar o empenho e a correspondente liquidação.
- () O pagamento de uma despesa devidamente empenhada pode ser realizado após a etapa de liquidação.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, F, F, V e V.
- (B) V, V, F, V e F.
- (C) F, V, F, F e V.
- (D) F, V, V, F e V.
- (E) F, F, V, V e V.

45

Considerando o processo de planejamento orçamentário, como assinalado na Constituição Federal de 1988, relacione os instrumentos de planejamento aos respectivos objetivos e/ou características.

1. Plano Plurianual
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias
3. Lei Orçamentária Anual

- () Entre outros elementos, define as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as diretrizes da política fiscal de forma a assegurar consonância com a trajetória sustentável da dívida pública para cada exercício financeiro.
- () Estabelece objetivos, diretrizes e metas para as despesas de capital, e outras despesas delas decorrentes, de forma regionalizada, além de estabelecer estes mesmos parâmetros para despesas com programas de duração continuada, as quais devem ter reflexo em cada orçamento anual.
- () Contém a previsão da receita e fixa a despesa para o exercício financeiro a que se refere, buscando garantir operacionalmente a execução do planejado.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 2 e 3.
 (B) 1, 3 e 2.
 (C) 2, 1 e 3.
 (D) 2, 3 e 1.
 (E) 3, 1 e 2.

46

Segundo a Lei nº 4.320/1964, considerando-se a coincidência entre o exercício financeiro e o ano civil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As receitas pertencem ao exercício financeiro em que forem arrecadadas.
- () As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício serão registradas no exercício em que forem efetivamente liquidadas e pagas.
- () O atendimento de despesas de exercícios anteriores, uma vez reconhecidas, não depende de previsão de crédito específico na lei orçamentária ou de créditos adicionais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, V e F.
 (B) V, F e V.
 (C) F, V e F.
 (D) F, F e V.
 (E) V, F e F.

47

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o Art. 1º do Decreto nº 93.872/1986 estabelece que a realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa. Estabelecem-se, assim, os princípios normativos da conta única, que tem seus saldos e fluxos registrados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

No que diz respeito à Conta Única do Tesouro Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.
- (B) O pagamento de despesas da União será realizado mediante contas próprias da unidade gestora pagante.
- (C) Excetua-se o princípio da conta única no caso de fundações públicas e autarquias, dada a natureza específica dessas entidades.
- (D) A Conta Única do Tesouro Nacional não permite aplicação financeira, dado seu caráter de registro contábil do fluxo de receitas e despesas.
- (E) A receita ingressa na Conta Única do Tesouro Nacional, exclusivamente por meio do recolhimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) gerado pela Receita Federal do Brasil.

48

As despesas orçamentárias são aquelas que dependem de autorização legislativa e crédito orçamentário correspondente para serem realizadas.

Relacione os tipos de despesas orçamentárias listados a seguir à respectiva aplicação.

1. Despesa de custeio
 2. Transferências correntes
 3. Investimentos
 4. Inversões Financeiras
 5. Transferência de Capital
- () Aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização.
 () Despesas destinadas ao pagamento do pessoal militar.
 () Despesas relacionadas ao pagamento de juros da dívida pública.
 () Despesas com o planejamento e a execução de obras.
 () Despesas com amortização da dívida pública.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 4, 3 e 5.
 (B) 5, 1, 2, 4 e 3.
 (C) 4, 2, 1, 5 e 3.
 (D) 4, 1, 2, 3 e 5.
 (E) 3, 1, 4, 5 e 2.

49

A Instrução Normativa 1.234, de 11/01/2012, da Receita Federal do Brasil, versa sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Federal Direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social sujeito a voto e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Com base nessa Instrução Normativa, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal mencionados são obrigados a reter, na fonte, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o PIS/PAPEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.
- () No caso de pagamentos a instituições filantrópicas, associações sem fins lucrativos, templos de qualquer culto, sindicatos e partidos políticos, dentre outras exceções previstas, não serão efetuadas as retenções.
- () O valor do imposto e das contribuições sociais retidos será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte que sofreu a retenção, observando-se o regramento específico.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) V, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

50

O conceito de orçamento-programa busca integrar planejamento e orçamento, de forma a explicitar a alocação de recursos públicos (meios) na consecução dos programas governamentais (fins).

Sobre o conceito de orçamento-programa, assinale a opção que indica o melhor exemplo de sua aplicação na programação orçamentária.

- (A) O foco nos programas sem identificar os responsáveis pela sua execução.
- (B) A organização do orçamento em planos de trabalho de forma qualitativa e quantitativa, sejam físicas, sejam financeiras.
- (C) A exclusão dos recursos extraorçamentários da Lei Orçamentária Anual.
- (D) A ênfase no controle contábil em lugar da avaliação dos resultados.
- (E) A desvinculação com o planejamento plurianual, focando nos recursos disponíveis em cada exercício financeiro.

51

A inovação tecnológica pode ser importante aliada da gestão pública. As tecnologias da informação e da comunicação, por exemplo, permitiram avanços como o chamado governo eletrônico, e sua evolução tem trazido o chamado governo digital. A recente digitalização de muitos serviços públicos incide decisivamente na qualidade e efetividade das políticas públicas.

Com relação aos possíveis impactos positivos da transformação digital dos serviços públicos, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A redução do contato com o usuário, permitindo maior foco nos processos administrativos.
- () Monitoramento pela sociedade da execução orçamentária e financeira em tempo real.
- () A simplificação administrativa e a integração de serviços públicos.
- () A ampliação da participação social por meio digital, incrementando os mecanismos de disponibilização de informações e controle social.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V, V e V.
- (B) V, V, F e F.
- (C) F, F, V e F.
- (D) F, V, F e V.
- (E) V, V, V e F.

52

Sobre a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) No que diz respeito ao desempenho da função administrativa, esta lei é exclusiva para o Poder Executivo, devendo o Poder Judiciário e o Poder Legislativo seguir normas específicas.
- (B) O processo administrativo deve ser sempre iniciado por ato de ofício, não podendo ser legitimados como interessados aqueles que não deram início ao processo.
- (C) As competências de um órgão administrativo no processo podem ser delegadas, à exceção da edição de atos de caráter normativo, da decisão de recursos administrativos e dos casos nos quais a matéria seja de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (D) Uma vez assistidos por advogado, é direito dos administrados formular alegações e apresentar documentos somente após decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente, podendo este prover decisão de recurso.
- (E) Uma vez que é parte interessada, não é dever dos administrados prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos, cabendo à Administração Pública Federal.

53

A Lei nº 8.429/1992, recentemente alterada pela Lei nº 14.230/2021, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. A lei também tipifica as condutas dolosas que configuram atos de improbidade administrativa.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, relacione o tipo de ato administrativo à sua descrição.

1. Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.
 2. Atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário.
 3. Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- () Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- () Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- () Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- () Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros
- () Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 1, 2, 3 e 3.
 (B) 3, 1, 2, 3 e 2.
 (C) 3, 1, 1, 3 e 2.
 (D) 2, 2, 1, 3 e 3.
 (E) 2, 3, 3, 2 e 1.

54

A evolução dos modelos de Administração Pública reflete as mudanças no ambiente social e econômico e a tentativa de superação dos limites dos modelos precedentes. Esta evolução pode ser caracterizada pelo surgimento de um modelo racional-legal, também conhecido como modelo burocrático, em oposição ao chamado patrimonialismo, e sua evolução em direção a modelos pós-burocráticos.

No caso brasileiro, a principal iniciativa de introdução de modelo pós-burocrático remonta à chamada reforma gerencial, uma aplicação dos princípios da nova Administração Pública que foi apresentada de forma estruturada no plano diretor de reforma do estado, proposto por Bresser-Pereira em 1995.

Mesmo associados a períodos históricos específicos e a princípios administrativos distintos, traços desses modelos coexistem e essa situação configura boa parte das peculiaridades e dos desafios ainda colocados ao gestor público brasileiro.

Considerando a Administração Pública brasileira, relacione o Modelo Burocrático (racional-legal) e o Modelo Gerencial (pós-burocrático) às características listadas a seguir.

1. Modelo Burocrático
 2. Modelo Gerencial
- () foco em uma gestão flexível com ênfase nos resultados.
- () foco em serviços públicos mais qualificados e com custo menor para o cidadão visto como um cliente.
- () divisão do trabalho, especialização e profissionalização dos servidores públicos.
- () foco no papel regulador do Estado com descentralização da gestão de atividades consideradas não exclusivas do Estado e adoção de práticas de gestão oriundas da iniciativa privada.
- () rotinas e procedimentos baseados em normas e impessoalidade nas relações profissionais.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2, 2, 2, 1 e 1.
 (B) 1, 2, 2, 1 e 2.
 (C) 1, 1, 1, 2 e 2.
 (D) 2, 1, 2, 2 e 1.
 (E) 2, 2, 1, 2 e 1.

55

As políticas públicas resultam do processo decisório governamental. Nelas, são identificados problemas, prioridades, estratégias e atores que concorrem para sua execução. E sua avaliação permite aprimorar, inovar e, até mesmo, mudar o rumo da ação governamental.

O processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas é complexo e dinâmico. No entanto, estudos trazem a noção de ciclo de políticas públicas como um referencial para pensar e pôr em prática as políticas públicas. Na perspectiva do ciclo, cada etapa ressalta um aspecto desse processo, sem descartar possibilidades de interação entre cada uma delas.

Considerando o ciclo das políticas públicas, a *teoria do equilíbrio pontuado*, que ajuda a identificar momentos de estabilidade e de mudanças incrementais no foco das políticas públicas, está melhor relacionada com a seguinte etapa do ciclo:

- (A) formulação de alternativas.
 (B) avaliação.
 (C) tomada de decisão.
 (D) formação da agenda.
 (E) implementação.

56

Sistemas de gestão baseados em indicadores de desempenho permitem avaliar o quão próxima de seus objetivos e suas metas uma organização está no curso de suas ações. Serve, assim, como importante base para a tomada de decisão, orientando a gestão em diferentes níveis.

Sobre os *indicadores de desempenho*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Ao usar o *Balance Scorecard* (BSC) como instrumento para construção do mapa estratégico, é recomendado que os indicadores de desempenho estejam relacionados com os objetivos estratégicos, os quais devem ter ao menos um indicador associado.
- () O uso de indicadores pode encontrar obstáculos, sobretudo quando há um descolamento entre os indicadores usados e as necessidades do usuário.
- () Entre as qualidades de um bom indicador, podemos citar a confiabilidade, a simplicidade, a rastreabilidade e a praticidade.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, F e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, V e V.
- (E) F, V e F.

57

A governança pública diz respeito aos arranjos organizacionais que envolvem liderança, estratégia e controle no direcionamento da gestão pública, com vistas à implementação de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

Sobre as diretrizes e mecanismos para consecução da governança pública, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A governança pública deve assegurar o foco nos processos, não permitindo que a eventual escassez de recursos leve a mudanças de prioridades ou inovações que redirecionem a ação pública.
- () A governança pública deve estimular comportamentos dos agentes públicos que favoreçam a liderança no exercício da governança, entre eles, estimulando a motivação e a integridade.
- () A governança pública deve assegurar as condições para uma gestão estratégica que, por meio de seus serviços e/ou produtos, atinja o valor público pretendido.
- () A governança pública deve assegurar a melhor implementação das políticas públicas, inclusive promovendo a integração entre diferentes esferas do setor público quando necessário.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V, F e V.
- (B) V, V, F, e F.
- (C) F, F, V e V.
- (D) V, V, V e F.
- (E) F, V, V e V.

58

A lei nº 8.112/1990 instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União. A referida lei define como servidor a pessoa legalmente investida em cargo público.

Sobre a definição e características do cargo público, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A investidura em cargo público se dá por nomeação, promoção, aproveitamento ou reintegração do servidor mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- () A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- () Os cargos públicos são previstos em lei, podendo ser providos em caráter efetivo ou em comissão.
- () Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V, F e F.
- (B) F, V, F e V.
- (C) V, V, V e F.
- (D) V, F, V e V.
- (E) F, V, V e V.

59

A Lei nº 14.133/2021 é a nova lei das licitações. Em relação a sua antecessora, a Lei nº 8.666/1993, ela consagra, em seu Art. 28, duas novas modalidades de licitação.

Assinale a opção que apresenta estas novas modalidades.

- (A) Concorrência e diálogo competitivo.
- (B) Pregão e diálogo competitivo.
- (C) Leilão e concurso.
- (D) Pregão e concurso.
- (E) Diálogo competitivo e leilão.

60

A Lei nº 14.133/2021 prevê, além das modalidades de licitação, procedimentos auxiliares das licitações e contratações, dentre os quais o sistema de registro de preços (SRP).

O SRP poderá ser utilizado para contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas condições específicas. O SRP poderá ser utilizado em contratações diretas ou como precedente à realização de pregões e concorrências.

Assinale a opção que apresenta uma vantagem importante do SRP em relação a outros procedimentos.

- (A) A realização do registro de preços não requer a demonstração de recurso orçamentário disponível por parte da administração, sendo esta necessária apenas quando da decisão de contratar.
- (B) Estimula o fracionamento da despesa, permitindo que a despesa orçamentária seja distribuída ao longo do exercício.
- (C) Reduz as demandas de planejamento das contratações, sendo, assim, mais adequado a situações em que o consumo de um bem ou serviço é imprevisível.
- (D) A ata de registro de preços permite, no momento da contratação, o ajuste das condições de preço e fornecimento, assegurando ao fornecedor que os preços sejam mantidos mesmo que os preços de mercado tenham se tornado inferiores ao registrado em ata, permitindo maior agilidade na contratação.
- (E) O SRP evita que vários órgãos públicos recorram aos mesmos fornecedores, limitando o fornecimento ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, diminuindo os riscos de desabastecimento e a necessidade de manutenção de grandes estoques preventivos.

61

A possibilidade de margem de preferência nos processos de licitação também integra os dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

O conceito de margem de preferência permite ampliar o escopo da vantajosidade da Administração, conferindo peso também a outros elementos importantes das políticas públicas, que podem ser incentivados pelo poder de compra estatal.

Sobre margem de preferência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) A margem de preferência, como forma de assegurar o princípio da igualdade, só poderá ser aplicada a bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, em que a questão da sustentabilidade se sobrepõe à eventual vantagem para a administração.
- (B) Novos critérios para a prática da margem de preferência foram definidos com o advento da Lei nº 14.133/2021, extinguindo-se, em caso de empate no certame, a preferência ao fornecimento de microempresas e empresas de pequeno porte.
- (C) A margem de preferência para os bens manufaturados nacionais e para os serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, poderá ser estabelecida em até 20% (vinte por cento).
- (D) O dispositivo das margens de preferência como critério de desempate permite a vedação de produtos estrangeiros em determinados certames desde que expresso no anteprojeto, termo de referência e no próprio edital de licitação.
- (E) A divulgação dos resultados, como forma de preservar o equilíbrio concorrencial, não mencionará vantagem advinda da margem de preferência, e as empresas vencedoras por este critério não serão divulgadas.

62

Leia com atenção o Art. 103 da Lei 14.133/2021.

O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

Nos termos da referida lei, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A alocação de riscos considerará a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.
- () A alocação dos riscos contratuais não será considerada para estimativa do valor da contratação, sendo essa sempre definida exclusivamente pela natureza do objeto contratado.
- () Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

63

Sobre o processo de contratação direta e suas condicionantes, que englobam casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores ou inferiores a R\$ 50.000,00 nos casos de outros serviços e compras.
- () É inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- () Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro, o agente público responsável responderá integralmente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e V.
- (C) V, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) F, V e F.

64

Em relação aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e permite a ampliação do controle social sobre as práticas administrativas.
- () Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.
- () O regime de execução dos serviços ou a forma de fornecimento dos bens devem necessariamente constar das cláusulas contratuais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) V, V e F.

65

No que diz respeito ao controle das contratações públicas, a Lei nº 14.133/2021 introduz elementos de controle preventivo, gestão de riscos e controle social de forma ainda mais assertiva, o que *Thamay et al* (2022) chamam de um verdadeiro sistema de *compliance*. Insere, também, a figura de linhas de defesa e prescreve critérios a serem observados pelos órgãos de controle. Sobre estas medidas trazidas pela nova lei das licitações ao controle das contratações públicas, sobretudo no que diz respeito à atuação dos órgãos de controle, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para consecução de suas funções como linha imediata de defesa, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos da contratação, à exceção daqueles classificados como sigilosos com a devida justificativa.
- (B) Na fiscalização de controle, como parte da primeira linha de defesa, os órgãos de controle deverão oportunizar a argumentação dos gestores, não podendo solicitar, por exemplo, a suspensão cautelar de processo licitatório.
- (C) Somente poderão representar ao Tribunal de Contas competente sobre irregularidades na aplicação da Lei nº 14.133/2021 os órgãos de controle interno e a assessoria jurídica constantes da chamada segunda linha de defesa.
- (D) A primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança, do órgão ou entidade só poderá se manifestar quando constatar irregularidade que configure dano à Administração após manifestação definitiva dos órgãos de controle.
- (E) Ao analisar as contratações públicas de determinado órgão ou entidade, os órgãos de controle levarão em conta critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco, e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação realizada.

66

O regramento dos processos licitatórios é bastante claro sobre os objetivos e as fases das licitações, ainda que os procedimentos variem conforme a modalidade do certame e o objeto a ser contratado.

O processo licitatório organiza-se em fases interna (preparatória) e externa, que se inaugura com a publicação do edital de licitação, e que devem ser seguidas na estrita ordem legal.

A nova lei de licitações estabeleceu etapas que haviam se mostrado mais eficientes desde o advento da Lei nº 8.666/1993, notadamente a inversão das fases de habilitação e julgamento, já introduzida no Decreto nº 10.520/2002. Ela também consagrou a preferência ao ambiente eletrônico para a realização das contratações, tornando as sessões presenciais casos excepcionais.

Sobre a *fase externa da licitação*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É o momento de verificar a compatibilidade da contratação pretendida e publicizada com o plano anual de contratações do órgão, o que permitirá aos eventuais concorrentes maior previsibilidade quanto aos volumes demandados e recursos orçamentários alocados pela administração.
- (B) Envolve o planejamento da contratação, em que o objeto é definido a partir de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo e também são descritas as condições de pagamento e de execução da contratação pretendida.
- (C) Tem início com a publicação do edital da licitação, momento em que são convocados os eventuais interessados em participar do certame apresentando suas propostas. Neste momento, são dados ao conhecimento público o objeto da contratação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.
- (D) Deve conter estudo técnico preliminar que analise os riscos que possam comprometer o procedimento licitatório e/ou a execução do contrato dele decorrente.
- (E) Precisa apresentar a justificativa das condições estabelecidas e que integrarão o edital, entre outras, a justificativa de exigências de qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio, quando for o caso.

67

Relacione as abordagens da Administração listadas a seguir às características que melhor as representam.

1. Abordagem clássica
 2. Abordagem estruturalista
 3. Abordagem comportamental
 4. Abordagem sistêmica
 5. Abordagem contingencial
- () Reúne abordagens com foco na tarefa e na organização racional do trabalho e com foco na estrutura organizacional e em princípios da administração.
- () Considera que as condições do ambiente levam à escolha das técnicas administrativas em busca da consonância na prática organizacional.
- () Compreende a organização como um sistema aberto, influenciado pelas questões internas, mas também por fornecedores, clientes, concorrentes, governo, dentre outros.
- () Expande a visão intraorganizacional para um perspectiva interorganizacional, calcada na influência da teoria da burocracia.
- () A gestão é considerada dependente das características de quem administra, como foco na interação entre indivíduo e organização, interação esta que é, muitas vezes, fonte de conflitos organizacionais.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 4, 2, 5, 3 e 1.
 (B) 1, 5, 4, 2 e 3.
 (C) 2, 4, 1, 3 e 5.
 (D) 1, 2, 4, 3 e 5.
 (E) 1, 3, 2, 5 e 4.

68

Sobre liderança nas organizações, assinale a afirmativa correta.

- (A) No estilo de liderança democrática, espera-se que o líder isoladamente defina as diretrizes para a execução das tarefas e a composição do grupo de trabalho.
- (B) Um líder orientado a pessoas foca na definição de indicadores de desempenho, objetivos que permitam medir de forma justa os resultados das atividades, como a produtividade.
- (C) Na abordagem situacional da liderança, comportamentos e atributos adquiridos previamente são fundamentais para o sucesso da tomada de decisão e para a ação do líder em qualquer contexto.
- (D) A abordagem por traços identifica atributos de personalidade que configuram um líder, tais como motivação, integridade, autoconfiança, entre outros.
- (E) Segundo o modelo contingencial, a eficácia da liderança depende das características da situação crítica encontrada, independentemente dos atributos de personalidade do líder.

69

Sobre a criação e a gestão do conhecimento, dois tipos de conhecimento precisam ser combinados: o *conhecimento tácito*, fortemente relacionado à experiência, ao contexto, que é difícil de ser transmitido de maneira formal porque está ligado, principalmente, à prática, e o *conhecimento explícito*, ou codificado, passível de sistematização e transmissão por mecanismos formais, ligado aos conceitos e à teoria.

A interação entre estas duas formas de conhecimento é a chave da criação do conhecimento nas organizações e esta interação se dá pelos modos de conversão do conhecimento, os quais precisam ser compreendidos e geridos pela organização para o sucesso da gestão do conhecimento.

Associe os modos de conversão do conhecimento às respectivas caracterizações.

1. Socialização
2. Externalização
3. Combinação
4. Internalização

- () Envolve a sistematização de conhecimentos explícitos.
- () Envolve a transformação de conhecimento explícito em conhecimento tácito.
- () Envolve a transformação de conhecimentos tácitos em conhecimento explícito, como na criação de conceitos.
- () Envolve o compartilhamento de experiências que leva à criação de conhecimento tácito.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 3, 4, 2 e 1.
 (B) 2, 4, 3 e 1.
 (C) 1, 2, 4 e 3.
 (D) 1, 3, 4 e 2.
 (E) 2, 1, 3 e 4.

70

Relacione os elementos de elaboração do planejamento estratégico, listados a seguir, às respectivas características.

1. Missão
 2. Visão
 3. Valores
 4. Análise Interna e Análise Externa
 5. Cenários
- () Constituem princípios, normas e padrões da organização que devem constituir sua cultura organizacional, orientando os processos decisórios.
- () Apresenta como a organização ambiciona ser reconhecida no futuro, constituindo mecanismo de orientação estratégica e de comunicação desta estratégia aos servidores, usuários e todos *stakeholders* da organização.
- () Permitem identificar pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças de uma organização com vistas à elaboração da matriz SWOT e, assim, de um diagnóstico situacional que possa embasar o planejamento estratégico.
- () Constituem situações futuras simuladas que permitem direcionar a ação estratégica frente às oportunidades e também aos riscos possíveis, apontando trilhas alternativas que podem levar a sua concretização.
- () Expressa a razão de existência e de permanência da organização, tendo função estratégica essencial no direcionamento da ação organizacional e na identificação das competências necessárias ao seu funcionamento.

Assinale a afirmativa que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 3, 5, 4, 1 e 2.
(B) 1, 3, 5, 4 e 2.
(C) 2, 5, 4, 3 e 1.
(D) 5, 1, 2, 3 e 4.
(E) 3, 2, 4, 5 e 1.

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

A concepção do processo de planejamento orçamentário na Constituição Federal de 1988 (Capítulo II – das Finanças Públicas, seção II – dos Orçamentos, art. 165º a 169º) aponta para a criação de um sistema que integra planejamento, orçamento e gestão e que está expresso na elaboração de três instrumentos legais, quais sejam: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Em complemento aos dispositivos constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2001) trouxe novas atribuições à LDO e à LOA. Considerando o sistema orçamentário da União, que envolve a articulação de questões técnicas e políticas, de curto, médio e longo prazo, que devem articular planejamento, execução e ser permeáveis ao controle da sociedade, apresente sua descrição, benefícios e críticas seguindo os pontos a seguir:

1. **Apresente cada um dos três instrumentos legais previstos no planejamento orçamentário, especificando, para cada um, seu horizonte temporal e seu objetivo principal.**
2. **Baseado na articulação dos três instrumentos citados, apresente ao menos um benefício atribuído ao sistema orçamentário.**
3. **Baseado na articulação dos três instrumentos citados, apresente ao menos uma crítica ao sistema orçamentário da União.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

QUESTÃO 2

As contribuições da Nova Administração Pública e do Movimento Reinventando o Governo foram decisivas para a conformação de uma abordagem gerencial na Administração Pública. Neste contexto, surge o debate sobre a aplicação de uma perspectiva empreendedora como caminho para a mudança na gestão pública.

Sendo assim,

1. **Apresente o conceito de empreendedorismo governamental.**
2. **Apresente pelo menos 1 similitude e 1 diferença entre o empreendedorismo governamental e o empreendedorismo no setor privado.**
3. **Descreva ao menos duas motivações (ou objetivos) do empreendedorismo governamental.**
4. **Apresente um exemplo de empreendedorismo governamental na administração pública brasileira.**
5. **Apresente uma crítica ao conceito ou à prática do empreendedorismo governamental.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Realização

